



CONJUNTURA

Metas sociais (I)

Os governos se vêem constantemente diante do incentivo de produzir surpresas inflacionárias a fim de *comprar* uma redução transitória do desemprego. Entretanto, os agentes privados passam a antecipar esses movimentos no processo de fixação de preços. As metas inflacionárias são para evitar que a população reajuste preços e salários, como antecipação a comportamentos oportunistas por parte dos governos. Esta tentação é especialmente forte em anos eleitorais. Ao assumir compromissos críveis com metas inflacionárias, o governo produz o mesmo desemprego, mas com menos inflação e incerteza. Nesse sentido, “regras (ou metas) são melhores que discricção”.

Agora, além de ter sido o recordista mundial de inflação no período 1960-1995, superando inclusive a rival Argentina, o Brasil se encontra próximo do lugar mais alto do *ranking* da desigualdade. As metas sociais são compromissos da ação pública com a trajetória de longo prazo de alguns indicadores sociais específicos. As metas sociais permitem comparar diretamente os impactos de programas sociais e de reformas estruturais sobre o bem-estar da população carente. Busca-se aumentar a progressividade e a durabilidade dos benefícios da política social. O alongamento das ações voltadas para os pobres, dissociadas de ciclos eleitorais, e a consecução de maior racionalidade social ao debate constituem dois subprodutos do sistema proposto.

Os municípios são um fórum privilegiado, tanto no que se refere à identificação dos pobres, quanto na implantação de políticas de assistência social. Na verdade, nada impede que municípios, isoladamente, tracem o seu próprio sistema de metas sociais.